

## **Desenvolvimento no município de Penedo, Alagoas, Brasil: Em busca de novas territorialidades através do turismo no âmbito da globalização**

Águida Maria da Veiga Feitosa<sup>1</sup>  
Lindemberg Medeiros de Araujo<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho examina as possibilidades de desenvolvimento do município de Penedo com base no turismo e analisa as perspectivas de articulação desse município com o APL de turismo *Caminhos do São Francisco*. Este APL envolve 12 municípios localizados no baixo curso do rio São Francisco, no estado de Alagoas. O município de Penedo tem envidado esforços no sentido de formular políticas de turismo, e, mais recentemente, adotou procedimentos com vistas à sua integração aos demais municípios alagoanos no mencionado APL. Para os fins deste trabalho, foram entrevistados representantes de 19 organizações, envolvendo seis representantes do poder público, sete ligados à iniciativa privada e seis representantes de organizações da sociedade civil. Além do foco no município de Penedo, parte dessas organizações também participa das ações de planejamento do APL *Caminhos do São Francisco*. Os dados foram analisados buscando-se identificar as falhas estratégicas em relação às políticas públicas de turismo de Penedo assim como em relação às ações que compõem a estratégia de planejamento do APL como um todo. O trabalho apresenta uma agenda de pesquisa com sete temas prioritários, com vistas a se criar conhecimento voltado ao aprimoramento da formulação e implementação de políticas públicas de turismo para o município de Penedo e para o APL *Caminhos do São Francisco*.

**Palavras-chave:** APL. Baixo São Francisco. Turismo. Território. Desenvolvimento.

### **Abstract**

This work examines the tourism development possibilities of the municipality of Penedo, and analyzes the prospects for the involvement of Penedo in the *Caminhos do São Francisco* tourism APL. This APL includes 12 municipalities that are situated along the lower course of river São Francisco, in the Alagoas state. Penedo's local government has endeavored to create tourism public policies, and more recently they advanced some key actions in order to insert Penedo in the above-mentioned APL. The work's methodological approach included interviews with representatives of 19 organizations of which six are governmental organizations, seven business organizations and six representatives of the civil society. In addition to focusing their efforts on the municipality of Penedo, several of those organizations are also involved in the planning for the *Caminhos do São Francisco* APL. Data were collected aiming to identify strategic weaknesses regarding Penedo's tourism public policies as well as problems related to the planning for the APL as a whole. The study advances an agenda of seven key research topics which once being investigated can generate useful knowledge for the design and implementation of tourism public policies for Penedo as well as for the region of the lower course of river São Francisco, in the remit of the *Caminhos do São Francisco* APL.

**Keywords:** APL. Lower São Francisco. Tourism. Territory. Development.

### **Résumé**

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)/Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

<sup>2</sup> Professor Doutor do PRODEMA e do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDEMA)/UFAL e do Mestrado em Arquitetura (Dinâmicas do Espaço Habitado). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ce travail examine les possibilités de développement touristique de la municipalité de Penedo, et analyse les perspectives d'articulation entre cette municipalité et le programme APL « Chemins du Sao Francisco ». L'APL (Accord Productif Local) concerne 12 municipalités de l'État d'Alagoas, situées dans le bas Sao Francisco. La ville de Penedo s'est efforcée dernièrement de mettre en oeuvre des politiques touristiques et, plus récemment, a adopté des mesures en vue de se joindre aux communes participant au programme APL. Pour réaliser le présent travail, des représentants de 19 organisations ont été interviewés, dont six travaillant pour les pouvoirs publics, sept associés à des initiatives privées, et six à des organisations de la société civile. Au-delà de leur engagement pour la municipalité de Penedo, une partie de ces organisations participe également aux actions de planification de l'APL « Chemins du Sao Francisco ». Les données recueillies ont été analysées dans la perspective d'identifier les déficiences stratégiques des politiques publiques de tourisme de Penedo ainsi que celles des actions composant la stratégie globale de planification de l'APL. L'étude propose un programme de recherche comprenant sept thèmes prioritaires dont le but est de fournir les données utiles à une meilleure formulation et réalisation des politiques publiques de tourisme de la ville de Penedo et de l'APL « Chemins du Sao Francisco ».

**Mots-clés** : APL, Bas Sao Francisco, Tourisme, Territoire, Développement.

## **Introdução**

O turismo é uma das atividades socioeconômicas que mais cresce no mundo contemporâneo. De acordo com dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), no ano de 2006 foram registrados 800 milhões de desembarques internacionais no mundo e as atividades turísticas responderam por 160 milhões de empregos (WTO, 2007). No Brasil, com base em dados do Banco Central, em 2005 o país alcançou a receita cambial turística de US\$ 3,86 bilhões, superior em 19,83% ao ano de 2004 (US\$ 3,22 bilhões), atingindo marca de 34 meses consecutivos de crescimento, desde março de 2003 (BRASIL, 2006).

Um aspecto interessante do turismo em relação ao seu potencial de contribuir para o desenvolvimento das destinações é seu efeito multiplicador, o qual atua sobre a produção de um elenco de bens de consumo e de serviços, como hotéis, restaurantes, espaços para eventos, transportes, operadoras turísticas e agências de viagens dentre outros, o que o torna uma atividade complexa, fazendo com que sua exploração, sem planejamento e critérios bem definidos, traga sérios danos ao meio ambiente e à população envolvida. Nesse sentido, Dias (2003, p. 13) argumenta que

[...] por mais que pesem os importantes aspectos positivos do desenvolvimento turístico, há problemas que devem ser contornados e que podem trazer graves conseqüências para qualquer localidade, e que só poderão ser evitados com o rigoroso planejamento da atividade e participação ativa do amplo leque de atores, destacando-se: a comunidade receptora, órgãos da administração pública, empresários do ramo, visitantes e organizações do terceiro setor.

Portanto, há a necessidade dos planos de desenvolvimento com base no turismo contar com sólido planejamento no processo de formulação e avaliação das políticas públicas, de tal forma que se possa buscar com mais propriedade melhores condições ambientais, sociais e econômicas para as populações locais. Além disso, é importante que a formulação dos planos de desenvolvimento turístico municipal envolva os atores interessados e afetados pelas políticas propostas. Nesse sentido, Beni (2006, p. 139) argumenta que

a participação da população-alvo, de forma organizada, na identificação do problema, no planejamento, monitoramento e avaliação é considerada um objetivo, mas também um processo que, na maioria das vezes, pode ser a diferença que garante o sucesso de uma intervenção.

Esse argumento denota que o processo de elaboração de políticas públicas de turismo para uma determinada abrangência territorial requer uma atuação governamental mais descentralizada e participativa, de forma que beneficie e atenda aos anseios de toda uma coletividade, e que os inclua na própria elaboração das políticas.

Com base na percepção das possibilidades de desenvolvimento com base no turismo, os governos estadual e municipal no estado de Alagoas vêm envidando esforços com o objetivo de explorar os recursos territoriais de lugares dotados de potencial turístico, e que apresentam capacidade de inserção na demanda turística em escala mundial. Nesse sentido, em julho de 2008 foi criado o Programa de Arranjo Produtivo Local (APL)<sup>3</sup>, denominando *Caminhos do São Francisco*.

Este APL é formado por 12 municípios alagoanos: Água Branca, Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Piranhas, Pão de Açúcar, Belo Monte, Traipú, São Braz, Porto Real do Colégio, Igreja Nova, Penedo e Piaçabuçu, localizados na região do Baixo São Francisco. Ao todo, soma 5.219,2 Km<sup>2</sup>, o que representa 18.8 % do território de Alagoas, envolvendo uma população de 282.258 pessoas (SEPLAN/AL; SEBRAE/AL, 2008).

Esta região tem grande potencial turístico, por conter paisagens exuberantes ao longo do rio São Francisco, incluindo a Usina Hidrelétrica de Xingó, cânions e a foz, uma atração turística por si só. Apresenta cidades históricas bem preservadas, como Piranhas (902 edificações antigas registradas) e Penedo; inúmeros sítios arqueológicos mapeados durante a construção da Hidrelétrica de Xingó, e pinturas rupestres. Conta ainda com grande diversidade de arte popular, música, folguedos, festas cívicas e religiosas, com destaque para os bordados e rendas, as esculturas em madeira, bandas de pífano e a cerâmica inspirada na cultura indígena.

Com base nesse potencial natural e cultural, o principal objetivo do APL em questão é criar uma estratégia de aproveitamento competitivo dos recursos disponíveis no território sob o domínio dos mencionados municípios, através do turismo. Se por um lado a globalização tende à uniformização dos lugares, dos processos produtivos e do consumo, por outro, os territórios em escala local podem funcionar como uma estratégia de resistência, fortalecendo os elementos responsáveis pela identidade regional. O uso de APLs pode funcionar como uma estratégia no sentido de valorizar tais identidades.

Dentre os 12 municípios do APL *Caminhos do São Francisco*, Penedo se destaca por sua história, patrimônio histórico-cultural tombado, economia, transportes e turismo. Portanto, pode atuar como um município chave no âmbito da articulação regional desse APL.

A sede municipal de Penedo está localizada às margens do baixo curso do rio São Francisco, a 40 km da foz. A uma distância ainda menor, existem duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs), a saber: a APA de Piaçabuçu (federal) e a APA de Marituba do Peixe (estadual). Ou seja, além do seu importante patrimônio cultural, a região em que a cidade de Penedo se situa é detentora também de rico patrimônio natural.

---

<sup>3</sup> Arranjo Produtivo Local (APL) é definido por Albagli & Brito (2002) como a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico (um município, conjunto de municípios ou região). Em Alagoas, o governo estadual juntamente com o SEBRAE/AL estão trabalhando com três arranjos produtivos no segmento do turismo: APL Costa dos Corais, APL das Lagoas e APL Caminhos do São Francisco.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as possibilidades de desenvolvimento do município de Penedo com base no turismo, a partir de uma lógica territorial, isto é, o APL *Caminhos do São Francisco*. O estudo analisa as políticas públicas desse município, e discute as possibilidades da articulação de Penedo no âmbito do mencionado APL. De forma secundária, propõe uma agenda de pesquisa para Penedo, de tal forma que se possa gerar conhecimento útil à formulação de políticas públicas municipais de turismo, bem como para aperfeiçoar a sua inserção no APL em questão.

### **Turismo e desenvolvimento local com base em APLs**

No Brasil e no resto do mundo, o tema do desenvolvimento local tem sido muito discutido. Para Buarque (2006, p. 25) o desenvolvimento local “é como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. No caso do turismo, o desenvolvimento local está relacionado a iniciativas inovadoras e que movimentam a coletividade, articulando as potencialidades locais de cunho humano, ambiental, cultural ou artístico, que podem ser transformadas em produtos turísticos.

O turismo é tido como alternativa para o desenvolvimento local, por ser um fenômeno que envolve um amplo número de atividades que têm o potencial de dinamizar o desenvolvimento socioeconômico e criar novas oportunidades para a comunidade envolvida. Nesse sentido, Dias (2005, p. 17) afirma que “o turismo é um importante gerador de renda e trabalho para qualquer município, caso haja planejamento na gestão da atividade turística.” Assim, não se deve esperar que o crescimento espontâneo do turismo – ou seja, sem planejamento –, possa contribuir significativamente para o desenvolvimento. É necessário haver uma ação pró-ativa de planejamento, principalmente pelo poder público, mormente em regiões subdesenvolvidas.

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) de turismo podem ser utilizados como uma estratégia de desenvolvimento em lugares com potencial turístico. Para Haddad (2004, p. 74), com base no *Projeto Cresce Minas*, do Sistema FIEMG, APL pode ser definido como um conjunto de “Empresas e/ou instituições que interagem entre si, gerando e capturando sinergias, com potencial de atingir crescimento contínuo superior a uma simples aglomeração econômica; geograficamente próximas; pertencentes a um setor específico”. Assim, pode-se dizer que o APL representa uma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças, exigindo, portanto, o desenvolvimento de especialização e de capacidade competitiva. Segundo Buarque & Bezerra (1994), essa é também uma característica central do desenvolvimento local.

De forma semelhante, para Houée (1997), o desenvolvimento local diz respeito a um processo de mudança e de busca de sinergias, por parte dos agentes locais, para a valorização dos recursos humanos e materiais de um dado território, mantendo uma negociação ou diálogo com os centros de decisão econômica, social e política e com aqueles que serão afetados pelo desenvolvimento. No caso do APL, sinergias podem ser construídas com base tanto na proximidade geográfica entre os atores envolvidos quanto nas estratégias de negociação, com o objetivo de se chegar a um plano negociado de desenvolvimento, tendo-se como alvo o recorte territorial adotado por determinado APL.

Além do desenvolvimento da capacidade de organização da sociedade local através do APL, o processo de desenvolvimento local precisa se estender a outros domínios das comunidades envolvidas. Assim, Coriolano (2003) afirma que o desenvolvimento só ocorre de fato quando todas as pessoas são beneficiadas, quando atinge a escala humana – quando elas tiverem assegurado uma existência digna –, um padrão de vida capaz de garantir a si e a

sua família, saúde, bem estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, segurança, repouso e lazer.

Essa proposição é semelhante à argumentação de Silva (2003, p. 19) segundo a qual o desenvolvimento precisa ser visto no seu sentido amplo, valorizando o crescimento com efetiva distribuição de renda, com superação significativa dos problemas sociais, sem comprometimento ambiental, o que só pode ocorrer com profundas mudanças nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma dada sociedade.

### **Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável**

Desde a década de 1950, a prática do planejamento é utilizada pelo estado como forma de criar e implementar políticas públicas. Conforme Nunes (1997), o planejamento era pautado pela racionalidade e funcionalidade, que constituíam a base teórica para legitimar a atuação intervencionista do estado na sociedade. Entretanto, havia um isolamento das instituições do planejamento, através do insulamento burocrático, o que limitava o efeito de tais políticas.

No caso específico das políticas públicas de turismo, Endres (2002) argumenta que o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) é um exemplo de órgão público que poderia ser considerado como atuando de modo 'insulado' no passado. Como conseqüência, as políticas e ações criadas sob a coordenação desse órgão tiveram pouco sucesso em relação à estruturação da atividade turística nos estados e municípios brasileiros. O planejamento centralizado não conseguiu abarcar a complexidade de fatores que o turismo envolve, nas diversas escalas em que se manifesta.

Como conseqüência, as limitações operacionais e práticas da Embratur contribuíram para o descrédito do *trade* turístico em todo o Brasil, nas instituições responsáveis pela formulação e implementação de planos e programas posteriores (políticas públicas). Com o objetivo de corrigir a ineficácia das políticas anteriores, e como resultado da crise do governo federal, a partir da década de 1990 foi iniciado um processo de descentralização da formulação e implementação de políticas públicas de turismo no Brasil. A partir de então, grande parte da responsabilidade sobre o desenvolvimento do turismo foi transferida para a alçada e agenda dos governos locais.

Além do entendimento da necessidade de planejamento descentralizado, ao longo dos últimos anos vem crescendo o argumento em função do imperativo do desenvolvimento sustentável. Apesar das críticas que alguns estudiosos tecem à noção de desenvolvimento sustentável, há alguns aspectos em relação aos quais parece existir consenso, como afirmam Bramwell & Lane:

Em geral, quatro princípios básicos parecem cruciais para o conceito de sustentabilidade: 1) a idéia de planejamento holístico e a formulação de estratégias; 2) a importância de se manter processos ecológicos essenciais; 3) a necessidade de se proteger a herança cultural e a biodiversidade; 4) o requerimento chave: desenvolver de tal forma que a produtividade seja duradoura a longo prazo para as futuras gerações (1993, 9. 2).

Um aspecto de grande relevância para o planejamento do turismo sustentável é o reconhecimento crescente de que o turismo é uma atividade complexa e que seu planejamento requer um enfoque interdisciplinar. Em tese, este tipo de enfoque tem o potencial de contribuir para a geração de políticas que integrem o turismo aos setores de políticas públicas dos quais o turismo depende. Nesse sentido, a abordagem de planejamento com base em APLs tem grande potencial de contribuir para essa integração, por articular vários tipos de

atores com grande proximidade territorial, o que pode facilitar a formulação de políticas públicas de turismo que atendam aos seus interesses comuns de desenvolvimento local.

### **Participação e políticas públicas de turismo**

O conjunto de ações realizadas pelo Estado, que visa atender às necessidades de toda sociedade a fim do bem comum é definido como “política pública”. De forma semelhante, Dias (2003, p.121) afirma que a política pública pode ser definida como,

[...] o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum.

Essa definição deixa clara a importância da participação da sociedade no âmbito da esfera pública, no processo de tomada de decisões sobre políticas que afetarão o desenvolvimento e as atividades destinadas a um determinado território. No caso do turismo, a política pública

é o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país; determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado, e facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e atividades mais suscetíveis de receberem apoio estatal (BENI, 2001, p. 178).

Araujo (2006) considera de grande importância se adotar procedimentos participativos na criação das políticas públicas de turismo. O envolvimento de vários atores afetados pelo desenvolvimento do turismo em uma dada base territorial poderá contribuir para um modelo de turismo que priorize mais a inclusão dos interesses coletivos da comunidade (BARROS, 2005). Na realidade, as parcerias e processos participativos atuais são uma das formas mais importantes de se institucionalizar de forma coletiva um processo virtuoso de exploração dos recursos com base nos potenciais do território.

Entretanto, Araujo (2006, p. 155) afirma que “apesar do reconhecimento da importância da participação de um amplo espectro de atores sociais na criação das políticas setoriais de desenvolvimento, tem havido pouca discussão na literatura de turismo no Brasil sobre esse tema”. Esse autor argumenta sobre a importância de ampliar essa discussão, pois dependendo das características do modelo de participação adotado e dos procedimentos decisórios empregados, a participação pode não resultar em mudanças significativas no *status quo* como decorrência do crescimento turístico em determinada região.

A importância da ampla participação sociopolítica na formulação de políticas públicas de turismo é considerada também por Dias (2003, p.113), ao afirmar que “o planejamento, enquanto instrumento de desenvolvimento, interfere na vida das pessoas, à medida que orienta para um futuro determinado, previamente escolhido. Essa escolha, ou decisão, para ser democrática, deve ser compartilhada pelos cidadãos”.

Entretanto, é importante ressaltar que a participação não é panacéia nem um fenômeno de mágica organizacional que conduzirá à superação de todos os problemas. Nesse sentido, Borja *apud* Coriolano (2003, p. 26), afirma que

a participação popular não pode substituir um setor público opaco e desfalecente, socialmente ineficaz, administrativamente improdutivo, organicamente caótico, economicamente perdulário e politicamente burocratizado, (...) que, pelo contrário, uma administração justa e ativa, com programas ambiciosos destinados a melhorar o

bem estar dos cidadãos, são condições prévias ao desenvolvimento da participação. Sem esse investimento político e econômico os chamados a participar estão condenados ao fracasso.

Por conseguinte, para que a participação venha a atingir os seus objetivos, é necessário que a gestão pública do município, ou de qualquer outra base territorial, seja atuante, e esteja realmente disposta a buscar um estilo de desenvolvimento que promova melhores condições sociais e econômicas para as populações locais, buscando também se articular com municípios localizados na região do seu entorno, com base em interesses comuns de desenvolvimento.

## **Metodologia**

Inicialmente, realizou-se uma análise do ambiente contextual no qual se insere o objeto deste estudo. Esse procedimento verificou que os temas centrais associados às iniciativas do município de Penedo no sentido de explorar o turismo como uma alternativa de desenvolvimento, são os que se seguem: APL de turismo, políticas públicas de turismo e desenvolvimento local. Estes temas têm recebido crescente atenção de estudiosos no Brasil, entretanto o contexto específico do município de Penedo e do Baixo São Francisco é praticamente desconhecido, no que tange ao seu potencial para o turismo e em relação às políticas públicas setoriais de turismo.

Diante desse contexto, decidiu-se utilizar uma abordagem descritiva neste trabalho. Segundo Neuman (1997, p. 19-20), a pesquisa descritiva busca apresentar “um quadro dos detalhes específicos de uma situação, de um contexto social ou de relações”. Assim, buscou-se estabelecer uma descrição das condições gerais relacionadas ao potencial da região do Baixo São Francisco para o desenvolvimento do turismo, incluindo ainda a identificação das políticas públicas de turismo do município de Penedo, bem como as ações iniciais de planejamento do APL *Caminhos do São Francisco*. Buscou-se identificar temas em relação aos quais há lacunas de conhecimento. Entende-se que a geração de conhecimento sobre a região é uma condição *sine qua non* para uma adequada formulação e implementação de políticas públicas, para a criação de parcerias e para se entender as possibilidades de participação dos interessados no desenvolvimento da região, na condição de co-gestores.

Foram realizadas entrevistas com representantes de 19 organizações relacionadas ao município de Penedo e ao APL *Caminhos do São Francisco*, dos quais seis são representantes do poder público, sete estão ligados à iniciativa privada e seis são representantes de organizações da sociedade civil. Além disso, foram analisados documentos relacionados às políticas de turismo de Penedo e relatórios das reuniões de planejamento do APL em questão.

Os dados e informações coletados foram analisados buscando-se identificar lacunas de conhecimento pertinentes à formulação de políticas públicas de turismo para o município de Penedo e à inserção deste município no APL *Caminhos do São Francisco*, de tal forma que o município possa tirar o máximo proveito das suas políticas públicas, mas que possa também colaborar para o sucesso do mencionado APL como um todo, com benefícios recíprocos.

Por fim, o estudo identificou sete lacunas de conhecimento que são apresentadas na forma de uma Agenda de Pesquisa que pode ser útil aos interessados no fortalecimento das políticas públicas de turismo do município de Penedo, em uma melhor formulação das ações e estratégias do APL *Caminhos do São Francisco* e no desenvolvimento do Baixo São Francisco como um todo, com base no turismo.

## Turismo e desenvolvimento em Penedo: cidade âncora do APL Caminhos do São Francisco

A cidade de Penedo localiza-se às margens do rio São Francisco (Figura 1) e é considerada como um relicário vivo, que conserva um patrimônio artístico-cultural de grande valor. Segundo dados do Inventário Turístico do Município (PENEDO, 2006), a cidade de Penedo conta com uma população de aproximadamente 66.000 habitantes. Suas principais atividades econômicas são: na agricultura: cana-de-açúcar, arroz, coco e pesca; na pecuária: rebanhos bovino, caprino e suíno; na indústria: destilaria de álcool, usina de açúcar, e fábrica de sucos; no comércio e serviços: grande quantidade de lojas trabalhando no varejo e atacado, e o *turismo*.

A cidade foi tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional por possuir um dos mais belos sítios de construções históricas do país. As marcas dos colonizadores portugueses, dos invasores holandeses e dos missionários franciscanos, podem ser constatadas na arquitetura barroca de conventos e igrejas, dentre outras edificações. O Quadro 1 apresenta componentes relevantes do patrimônio histórico-cultural de Penedo. Além disso, a cidade dispõe de razoável base de equipamentos e serviços, tais como meios de hospedagem, bares e restaurantes e agência de viagem. Além disso, conta com infra-estrutura de apoio ao turismo: transporte rodoviário e hidroviário, um aeroporto (atualmente desativado), equipamento médico hospitalar e sistema de segurança.

A Secretaria de Cultura e Turismo da cidade de Penedo fez uma estimativa do fluxo anual de turistas e visitantes que estiveram nos monumentos históricos da cidade, possibilitando o início da construção de uma série de estatísticas de demanda turística municipal. Realizou também a primeira Pesquisa de Turismo Receptivo (PTR), utilizando metodologia estabelecida pela Organização Mundial do Turismo (OMT), com o objetivo de identificar e traçar o perfil do turista que visita a cidade do Penedo. Um dado que se destaca é que a principal parte da demanda turística de Penedo é originária do mercado interno. Além disso, houve oscilações na demanda turística em Penedo no período 1999-2005, com um crescimento significativo no ano de 2005.

No intuito de atender as necessidades do município quanto ao dimensionamento da entrada de turistas/visitantes na cidade, o perfil deste turista, bem como a sua avaliação sobre os atrativos, serviços e a infra-estrutura turística, o estudo explorou os seguintes pontos:



Figura1: Mapa Rodoviário de Alagoas



## Quadro 1 Aspectos do patrimônio histórico-cultural de Penedo

<b>Monumentos religiosos:</b> Igreja de Nossa Senhora da Corrente, Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos do Penedo, Igreja da Santa Cruz, Igreja do Senhor Bom Jesus dos Pobres, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
<b>Monumento oficiais:</b> Oratório da Forca, Antiga Cadeia, Casa de Aposentadoria ou da Câmara, Cadeia Pública, Prefeitura Municipal do Penedo, Paço Imperial, Teatro 7 de Setembro
<b>Monumentos civis:</b> Pousada Colonial, Casa do Barão de Penedo, Chalé dos Loureiros, Cemitério de São Gonçalo do Amarante, Hospital de Caridade de Nossa Senhora da Conceição, Fábrica de Algodão e Tecido Penedense, Fundação Casa do Penedo, Hotel São Francisco, Mercado Público, Associação Comercial
<b>Espaços culturais:</b> Teatro Sete de Setembro, Fundação Casa do Penedo, Museu do Paço Imperial de Penedo e Memorial Raimundo Marinho, Centro Comunitário Santo Antônio, Círculo Operário, Montepio dos Artistas, Casa da Aposentadoria, Cine São Francisco (desativado), Praça São Francisco, Biblioteca Pública
<b>Principais manifestações populares:</b> Capoeira, Batucadas, Guerreiro, Pastoril da Melhor Idade, Seresteiros, Bandas de Pífano, Forró, Vaquejada
<b>Artesanato:</b> Madeira - Carrancas, animais e peças diversas, confeccionados pelo escultor José Vieira, da Casa dos Artistas, Bonecos Gigantes de Carnaval, Burrinhas e Bumba-meu-boi, Rendas e Bordados, Palha, Cipó, Barro, Tecido, Gesso
<b>Festas/eventos populares:</b> Bom Jesus dos Navegantes, Carnaval, Semana Santa, Festas juninas, Gincana de Pesca de Arremesso, Circuito de Motovelocidade, Encontro do Folclore, Vaquejada, Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Recita Penedo “Sabino Romariz”, Encontro das Bandas do Baixo São Francisco, Festas Natalinas.

Fonte: (SEPLAN/AL; SEBRAE/AL, 2008)

renda, gasto médio individual, gasto total, gasto subdividido entre: hospedagem, alimentação, compras, serviços, transportes e outros. Procedência do turista – nacional / estrangeiro, motivo de viagem, permanência média no local, forma de viajar, transporte utilizado, faixa etária / sexo / escolaridade / ocupação principal, meio de hospedagem utilizado, organização da viagem, influência da viagem – forma pela qual o turista tomou conhecimento acerca da destinação Penedo, intenção de retorno, qualificação dos atrativos, equipamentos e serviços turísticos, qualificação da infra-estrutura urbana e conhecimento dos pontos positivos e negativos encontrados na localidade.

A primeira PTR aconteceu no mês de maio de 2006. A amostragem consistiu de 80 entrevistados. Nesta avaliação, todos os turistas entrevistados são brasileiros. Os quatro mercados mais representados, ou seja, que geraram maior demanda de turistas a Penedo, foram o estado de Sergipe, o próprio estado de Alagoas, Pernambuco e Bahia. Outro ponto importante é que o fator decisório de motivação da viagem de maior relevância, quando indicado passeio, foi o patrimônio histórico-cultural, que aparece com 70% da motivação dos entrevistados.

No fator receita turística, os resultados são interessantes e aparentemente promissores. Enquanto o gasto médio individual de um turista brasileiro que viaja em média 10 (dez) dias é de R\$ 70,00 (setenta reais), o turista que visita Penedo tem um gasto médio considerado alto quando comparado à média nacional, sendo este gasto de R\$ 200,00 (duzentos reais), com uma permanência média de 03 (três) dias, implicando, portanto um dispêndio médio de R\$ 600,00 (seiscentos reais) durante toda a sua estada.

Estes dados da primeira PTR de Penedo (2006), embora limitados pela pequena amostra, fornecem informações importantes para os fins da criação de políticas públicas para este município. Por exemplo, é mais interessante desenvolver campanhas de *marketing* e venda de pacotes turísticos em estados da própria região Nordeste, evitando assim o dispêndio

de recursos financeiros e esforço para vender o destino em lugares que não demonstram – pelo menos com os dados disponíveis –, interesse pela destinação em questão.

O outro dado importante é a predominância da motivação da viagem no patrimônio histórico-cultural de Penedo. Apesar da presença do rio São Francisco, da proximidade da sua foz e da existência de duas APAs de grande beleza cênica na região, os atrativos naturais responderam por apenas 18% da motivação dos turistas/visitantes. Essa informação indica que é mais interessante priorizar os atrativos histórico-culturais e utilizar os atrativos naturais de forma secundária.

### *Macroestratégias municipais*

A estratégia municipal para o desenvolvimento do turismo em Penedo, no período 2005-2012, é pautada, em tese, na premissa da sustentabilidade. Segundo se constata em documentos oficiais do município, a sustentabilidade da atividade turística seria construída através da adoção de um planejamento que priorizasse o desenvolvimento da atividade com base em uma estratégia de planejamento de forma integrada, ou seja, envolvendo o setor público, a iniciativa privada, organizações da sociedade civil e a comunidade. Essa forma de atuação combina a iniciativa do governo como o principal agente das políticas públicas (DIAS, 2003), com o envolvimento de outros setores da sociedade, como proposto por Beni (2001). Embora seja uma abordagem recente no município de Penedo, a junção de uma estratégia pública de planejamento com a participação de várias organizações e setores sociais não públicos tem o potencial de dar um novo impulso ao turismo local, beneficiando potencialmente um amplo leque de interesses. Essa é uma estratégia inovadora porque como afirma Coriolano (2003), é apenas quando o desenvolvimento atinge a escala humana, isto é, quando leva a melhorias na qualidade de vida de todos os cidadãos de um lugar, é que verdadeiramente se pode falar em desenvolvimento.

Há o entendimento por parte do poder público municipal de Penedo – pelo menos em documentos oficiais – de que o planejamento turístico neste município deve priorizar a estruturação da oferta turística, seguindo as tendências do comportamento da demanda, que tem se tornado cada vez mais exigente com a qualidade dos serviços e comprometida com a conservação ambiental e do patrimônio histórico-cultural. Além da maior disponibilidade de informações sobre as características dos destinos turísticos, possibilitada pelo avanço nos meios de comunicação, hoje em dia parte significativa da demanda é composta por pessoas que já viajaram muito, o que permite a realização de comparações mais precisas em relação a uma escolha potencial de destinação para a próxima viagem ou férias.

Diante desse contexto que envolve as características da demanda turística ao município de Penedo e o rico patrimônio histórico-cultural da cidade, e decidindo apostar mais alto no uso do turismo como uma alternativa de desenvolvimento local, o poder público de Penedo criou cinco macro-estratégias, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento do turismo no município. Essas macro-estratégias são: 1. Programa de Políticas Públicas; 2. Estruturação, Expansão e Melhoria da Oferta Física; 3. Diversificação da Oferta; 4. Educação para o Turismo; e 4. *Marketing*. Cada uma dessas macro-estratégias subdivide-se em estratégias específicas, voltadas a aspectos particulares da oferta turística local. Abaixo são apresentadas algumas dessas estratégias específicas:

- Reativação do Conselho Municipal de Turismo;
- Reativação do Fundo de Desenvolvimento Turístico;
- Atrair investidores para ampliar a infra-estrutura turística;
- Criação do Selo de Qualidade no Turismo, em parceria com a Secretaria de Turismo do Estado;
- Criação de uma Rede Integrada de Cultura, Turismo e Entretenimento, que visa assegurar o crescimento sustentável e diferenciar a oferta turística no município;

- Reativação do aeroporto de Penedo;
- Divulgar e incentivar os programas ofertados pela Secretaria de Turismo, Secretaria de Cultura do Estado e Ministério do Turismo; e
- Criação de um observatório de acompanhamento e análise do desenvolvimento da atividade turística no município do Penedo, em parceria/colaboração com um ou mais departamentos universitários e empresas privadas.

Se bem conduzidas, o conjunto das macro-estratégias da política pública de turismo de Penedo, observando todas as estratégias específicas, como as listadas acima, poderá resultar efetivamente em um aumento na demanda turística deste município. Penedo saiu de uma situação na qual se situava a maior parte dos municípios nordestinos com potencial turístico até há pouco tempo, ou seja, se acreditava que a existência de potencial turístico levaria naturalmente a um crescimento na demanda turística. Yázigí (1999) comenta que essa atitude, de resto aplicável à maior parte do Brasil até anos recentes, e ainda corrente em muitos lugares, emanava de uma espécie de ufanismo segundo o qual os estrangeiros iriam conhecer o país porque ele era um 'país maravilhoso'.

Além das ações municipais voltadas para uma melhor exploração das potencialidades turísticas, a participação de Penedo na parceria em torno do APL *Caminhos do São Francisco* abre novas perspectivas de investimentos em turismo neste município. Penedo contou com representantes na oficina de planejamento do APL em Piranhas, nos dias 23 e 24 de julho de 2008, através das seguintes organizações: Fundação Casa do Penedo, Companhia Penedense de Teatro, Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Cultura e a Universidade Federal de Alagoas – Pólo Penedo. Assim, se verifica a tentativa desse município no sentido de se articular com organizações dos outros municípios no âmbito do APL.

Além disso, a planilha das ações a serem desenvolvidas pelo APL até dezembro de 2009 inclui duas ações importantes que ocorrem diretamente nos limites territoriais do município de Penedo, a saber: 1. "Promover sensibilização da comunidade para fiscalização ambiental voluntária na APA da Marituba do Peixe"; 2. "Fortalecer o conselho da APA da Marituba, promover vinda de representantes de conselhos de 02 (duas) outras regiões para trazer e narrar experiências; ida de 03 (três) membros a 02 (duas) outras regiões para conhecer novos conselhos". Marituba do Peixe é a última grande várzea do Baixo São Francisco ainda conectada ao rio. Ela é chamada em Alagoas de "O Pantanal de Alagoas". A participação de representantes de Penedo nas negociações do APL, e a inclusão de ações da parceria em território do município são importantes para que o município articule os interesses locais aos interesses mais coletivos dentro do APL.

A confluência de ações municipais voltadas para a estruturação da oferta turística em Penedo com a emergência do APL *Caminhos do São Francisco* resulta na combinação de forças endógenas e exógenas no âmbito das políticas locais de desenvolvimento com base no turismo. Como bem ressalta Buarque (2006), o desenvolvimento local é resultado em grande parte de forças endógenas aos lugares, buscando criar alternativas de desenvolvimento. A iniciativa de estruturação do APL em questão resulta de uma ação do governo do estado e do SEBRAE, funcionando como uma força externa atuando sobre o município. Essa é uma combinação interessante de esforços porque o poder público local e todas as organizações envolvidas podem ser mais receptivos às iniciativas externas, com maiores possibilidades de se articular o município de Penedo a todos os outros 11 municípios que compõem o APL em questão.

Apesar desses avanços, este estudo identificou um problema de estratégia que se aplica tanto ao APL *Caminhos do São Francisco* quanto ao município de Penedo. A oficina de planejamento do APL ocorrida em Piranhas nos dias 23 e 24 de julho de 2008, não teve a participação de nenhuma organização do poder público, iniciativa privada ou sociedade civil organizada do vizinho estado de Sergipe. Esta falha limita consideravelmente as

possibilidades de exploração conjunta do potencial turístico do Baixo São Francisco, assim como pode gerar conflitos entre municípios alagoanos e municípios sergipanos fronteiriços, assim como entre o governo dos dois estados. Reed (1997) argumenta que frequentemente quando em áreas de fronteiras político-administrativas não há articulação inter-organizacional das ações de desenvolvimento turístico, é comum surgir conflitos que podem enfraquecer a capacidade de exploração das potencialidades turísticas envolvidas.

De forma semelhante, as macro-estratégias municipais de Penedo para a estruturação das atividades turísticas locais não incluem nenhuma referência ou ação buscando articulação com o município sergipano de Neópolis, cuja sede municipal localiza-se em frente à sede municipal de Penedo, na margem oposta do rio São Francisco. As duas cidades estão ligadas entre si por eventos históricos, pelo sistema de transportes, incluindo um serviço de balsas que apresenta grande demanda durante todo o ano. Essa falta de conexão pela ausência de políticas de planejamento conjuntas intermunicipais contraria a noção de contigüidade espacial que governa a lógica dos APLs. Haddad (2004) argumenta que a estratégia de planejamento através de APLs busca incentivar a interação e a construção de sinergias inter-organizacionais de tal forma que os municípios envolvidos criem conjuntamente uma capacidade maior de competitividade, com base nas potencialidades territoriais que compartilham. Portanto, pode-se afirmar que ao ignorar na formulação de políticas públicas de turismo a conexão físico-territorial e histórica que existe entre Penedo e Neópolis subtrai-se parte do potencial de desenvolvimento turístico que existe entre esses dois municípios.

### **Uma agenda de pesquisa para Penedo no âmbito APL *Caminhos do São Francisco***

Com base nos aportes teórico-conceituais deste trabalho, e levando-se em consideração também os incipientes dados da demanda turística de Penedo, assim como as suas macro-estratégias de turismo e sua condição de principal município do APL *Caminhos do São Francisco*, propõe-se a seguir uma pequena lista de questões para compor uma agenda de pesquisa centrada no território em questão:

**Questão 1:** Quais as razões que levaram Penedo a ignorar o limítrofe município de Neópolis na formulação das suas macro-estratégias de desenvolvimento turístico? É importante se conhecer as barreiras à integração intermunicipal na formulação de políticas de desenvolvimento local com base no turismo.

**Questão 2:** Que fatores influenciam o desempenho das políticas de turismo locais no município de Penedo? O conhecimento das características contextuais locais e da sua influência no desempenho das políticas públicas pode contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas e para o seu fortalecimento no âmbito das ações do APL *Caminhos do São Francisco*.

**Questão 3:** Qual o nível de participação dos segmentos sociopolíticos locais na criação e implementação das políticas públicas de turismo em Penedo? As políticas públicas setoriais no Brasil contemporâneo determinam que haja o envolvimento de todos os segmentos sociais potencialmente afetados pelos projetos de desenvolvimento, incluindo políticas de turismo.

**Questão 4:** Até que ponto, e de que forma, o turismo tem causado impactos socioambientais no município de Penedo? A noção de desenvolvimento sustentável, normalmente referida nas políticas públicas de turismo no Brasil, nos três níveis político-administrativos, requer consideração a esses tipos de impactos nas destinações turísticas.

**Questão 5:** Como tem se comportado a demanda turística no município de Penedo ao longo das duas últimas décadas e quais os fatores intervenientes? A compreensão do comportamento da demanda ao longo do ciclo de evolução de uma destinação turística, identificando os fatores que influenciaram essa demanda, pode ajudar na definição de estratégias de médio e longo prazo para a destinação.

**Questão 6:** Qual o conjunto de indicadores de desenvolvimento local com base no turismo mais adequado às características contextuais do município em questão? É necessário o estabelecimento de indicadores adequados de desenvolvimento, de tal forma que se possa medir e analisar adequadamente se o turismo está contribuindo, e de que forma, para o desenvolvimento local.

**Questão 7:** Como as organizações públicas, privadas e da sociedade civil organizada vêem as possibilidades de ação do município de Penedo nas atividades do APL *Caminhos do São Francisco*? Essa é uma questão de grande relevância, uma vez que o município pode escolher quais aspectos quer explorar de forma individual e em relação a quais estratégias tem interesse em articular com a lógica coletiva de funcionamento do APL.

Esse conjunto de questões de pesquisa pode ser de grande valia para os fins de desenvolvimento de políticas públicas de turismo de Penedo, assim como para sua articulação com as ações desenhadas no âmbito do APL *Caminhos do São Francisco*. Até anos recentes, imperava uma visão ingênua entre a maior parte dos municípios do Nordeste do Brasil segundo a qual o turismo cresceria independentemente de um esforço razoável de planejamento e gestão. Os inúmeros impactos sociais, culturais e ambientais em muitos lugares turísticos, a exemplo de Canoa Quebrada (CE), Tamandaré (PE) e Praia do Francês (AL), demonstram de forma cabal que o turismo precisa planejado. E o planejamento precisa de dados, informações e conhecimento sobre a base territorial alvo das ações que se quer propor. Nesse sentido, tanto Penedo quanto os demais municípios do Baixo São Francisco não têm uma tradição de pesquisas científicas voltadas para a explicação das condicionantes físicas, econômicas, sociais, culturais e políticas com as características necessárias à formulação de políticas públicas de turismo consistentes.

### **Considerações Finais**

Há duas mudanças interessantes em curso no Brasil no que diz respeito ao uso do turismo como uma alternativa de desenvolvimento. Por um lado, tem sido ampliada a descentralização do planejamento turístico, a partir do governo federal para a dotação de poder de planejamento por parte dos órgãos estaduais e municipais. Por outro lado, os estados e os municípios começaram a adotar ações pró-ativas na formulação de políticas de desenvolvimento com base no turismo, abandonando gradualmente a inércia histórica nesse setor de política pública.

Este estudo, ao analisar a política pública de turismo do município de Penedo, bem como as suas possibilidades de inserção na parceria do APL *Caminhos do São Francisco*, conclui:

- As macro-estratégias de desenvolvimento criadas pelo governo municipal de Penedo representam uma ação inovadora, pois coloca esse município em uma posição pró-ativa frente às possibilidades de desenvolvimento do turismo localmente. Entretanto, a ausência de ações voltadas a uma possível articulação com o vizinho município de Neópolis em Sergipe para o desenvolvimento de ações intermunicipais para o turismo compromete em parte a política setorial de Penedo, por negligenciar a existência de eventuais objetivos complementares entre os dois municípios;

- A participação do município de Penedo nas atividades do APL *Caminhos do São Francisco* abre possibilidades interessantes de se combinar os interesses particulares desse município com estratégias coletivas com os outros 11 municípios envolvidos, ampliando o potencial de aproveitamento do potencial turístico local e regional; e

- O estudo identificou uma série de lacunas de conhecimento cuja solução é urgente se o município de Penedo quiser tirar máximo proveito do turismo como uma alternativa de desenvolvimento. Há lacunas nesse sentido também em relação a como Penedo poderia se

inserir e forma efetiva nas atividades do APL *Caminhos do São Francisco*. A agenda de pesquisa proposta neste estudo teve como base as lacunas que foram identificadas, cuja solução pode representar uma ação de cunho inovador, em uma região na qual muitas políticas de desenvolvimento são frequentemente criadas sem o conhecimento adequado do contexto físico, econômico, social, político e cultural alvo de tais políticas.

A busca por soluções para os três problemas identificados neste estudo, relacionados às políticas públicas de turismo de Penedo e às possibilidades de uma melhor inserção desse município no APL *Caminhos do São Francisco*, poderá contribuir não apenas para o aperfeiçoamento do planejamento turístico de Penedo, mas também para o APL em questão como um todo.

## Referências

ALBAGLI, S. e BRITO, J. Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. **Glossário de Arranjos Produtivos Locais**. RedeSist, 2002. [www.ie.ufrj.br/redesist](http://www.ie.ufrj.br/redesist).

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de. Participação sociopolítica no planejamento do turismo. **Turismo: Visão e Ação**, vol. 8, n. 1, 2006, p. 153-164.

BARROS, Magno Valença de. **A contribuição da participação sociopolítica para o desenvolvimento do turismo sustentável no município de Maragogi, Alagoas**. Dissertação de Mestrado – Prodem. Universidade Federal de Alagoas, 2005.

BENI, Mário Carlos. A política do turismo. IN: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (ORG.). **Turismo, como aprender, como ensinar**. São Paulo: Senac, 2001.

\_\_\_\_\_. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. (Série turismo)

BRAMWELL, B. & LANE, B. Sustainable tourism: an evolving global approach. **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 1, n. 1, p. 1-5, 1993.

BRASIL, Ministério do Turismo. **O Turismo no Brasil 2007/20010**. Brasília. 2006.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUARQUE, Sérgio C. e BEZERRA, Lucila. **Projeto de desenvolvimento municipal sustentável- bases referenciais**. Projeto Áridas, dezembro de 1994.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes. Os limites do Desenvolvimento e do Turismo. *In*: CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes (org.) **O Turismo de Inclusão e Desenvolvimento Local**. Fortaleza: Editora Premium, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. Gestão local do turismo: competitividade com sustentabilidade. *In*: DIAS, Reinaldo e PIMENTA, Maria Alzira (org.) **Gestão de Hotelaria e Turismo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ENDRES, Ana Valéria. Planejamento Estatal: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento do turismo no Nordeste. **Turismo em Análise**, São Paulo, 13(1): 66-78 maio de 2002.

HOUÉE, Paul. **Las políticas de développement rural**, Paris, Inra, 1997.

NEUMAN, W. Lawrence. **Social research**: qualitative and quantitative approaches. 3 ed. Needham Heights, MA: Allyn and Bacon, 1997.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: ENAP, 1997.

REED, M.G. Power relations and community-based tourism planning. **Annals of Tourism Research**, vol. 24, n. 3, p. 566-591, 1997.

PENEDO. Secretaria de Cultura e Turismo. **Inventário Turístico do Município de Penedo**. 2006.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Cultura e Turismo. **Pesquisa de Turismo Receptivo do Município de Penedo**. 2006.

SEPLAN/AL; SEBARE/AL. Caracterização do Arranjo Produtivo – Turismo/Território do APL Caminhos do São Francisco. Maceió: 2008.

SILVA, Sylvio. B. de M. O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. *In*: CORIOLANO, L. N. M. T. , LIMA, L. C. (orgs) **Turismo comunitário e responsabilidade socio-ambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003. pp.19-25.

WTO (World Tourism Organization). **Tourism Highlights - 2006 Edition**. Disponível em: [www.unwto.org/facts/menu.html](http://www.unwto.org/facts/menu.html). Acesso em: 21 ago. 2007.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo**: uma esperança condicional. São Paulo: Global Universitária, 1999.